



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SÁBADO, 1º DE FEVEREIRO DE 2014

VIGILÂNCIA

MPE espera novo relatório sobre HPM

Diante das notícias veiculadas nos meios de comunicação de que o Hospital da Polícia Militar (HPM) estaria com 25 leitos de UTI funcionando, do total de 65, por falta de recursos e servidores, o Ministério Público Estadual (MP/SE) reforça que já existe uma Ação Civil pública contra o HPM que foi ingressada no ano passado com o objetivo de evitar que estas e outras irregularidades prejudiquem o atendimento dos pacientes. Esse é mais um dos problemas enfrentados pelo hospital que, inclusive, no ano passado ameaçou fechar as portas, pois aproximadamente dez médicos que trabalhavam na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) da unidade tiveram que deixar de atuar nesta área para voltar as funções ambulatorial e hospitalar, áreas para qual prestaram concursos.

Em março de 2013, a Promotoria dos Direitos à Saúde do MP ingressou com uma ACP contra o HPM, após vistoria realizada pela Vigilância Sanitária do município, houve a constatação de diversas irregularidades na UTI da unidade de saúde.

Segundo a promotora de Justiça, Euza Missano, o

MP deu prazo para que o HPM se regularizasse, e já oficiou a Vigilância Sanitária para que uma nova vistoria fosse realizada para avaliar se as irregularidades encontradas no ano passada já teriam sido sanadas.

“Nessa vistoria realizada no ano passado, foram encontradas diversas irregularidades. Entre elas, no serviço do UTI há falta de uma equipe multidisciplinar. Pelo porte e pelo número de leitos ele não é obrigado a ter UTI, mas já que tem, é obrigado a seguir todos os itens necessários para garantir a segurança dos pacientes, por isso, o Ministério Público entrou com uma ação pedindo que esta situação fosse regularizada, pois, pior do que não existir o serviço, é fazê-lo inadequadamente”, reforçou Missano.

A promotora reforça que o MP está aguardando somente o encerramento do prazo que foi dado ao HPM para que ele pudesse adequar. “O MP vai aguardar o final do prazo, e o relatório da Vigilância, se as inadequações ainda se mantiverem, poderá haver a execução de descumprimento de ordem judicial”, concluiu a promotora.

▼ NOTÍCIAS QUE FORAM
VEICULADAS DISSERAM
QUE APENAS 25 LEITOS
DE UTI DO HPM
ESTÃO FUNCIONANDO